

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

“Por dependência à ADI nº 5794/DF, de relatoria do Excelentíssimo Ministro Edson Fachin”.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH, entidade sindical de grau superior e área de atuação em todo o território nacional, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o número 24000.001526/90 (doc. 1), portadora do CNPJ nº 03.656.998/0001-75 (doc. 2), com sede no SRTVS, Quadra 701, Conj. D, Lote 05, Bloco B, Salas 227 a 234, Edifício Centro Empresarial Brasília, CEP: 70340-907, Brasília-DF, representada por seu presidente Sr. **Moacyr Roberto Tesch Auersvald**, consoante previsto na termo de posse (doc. 3) e no estatuto social (doc. 4), patrocinada pelos advogados a baixo assinados (procuração e documento de identificação do presidente – doc's. anexo 5 e 5.1);

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES – CNTTT, entidade sindical de grau superior e área de atuação sobre todo o território nacional, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego através de Decreto nº 32.340, de 27 de fevereiro de 1953 (doc. 6), portadora do CNPJ nº 42.101.808/0001-05 (doc. 7), com sede no SDS, Quadra 01, Edifício Seguradoras, 11º andar, Brasília, Distrito Federal, representada por seu presidente Sr. **Omar José Gomes**, consoante previsto na ata de posse (doc. 8) e no estatuto social (doc. 09), patrocinada pelos advogados a baixo assinados (procuração, documento de identificação do presidente e substabelecimento – doc's. 10, 10.1 e 11);

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA – CNTI, entidade sindical de grau superior e área de atuação em todo o território nacional, Registrada no Ministério do Trabalho através do Decreto nº 21.976, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de outubro de 1946 (doc. 12), portadora do CNPJ nº 33.746.256/0001-00 (doc. 13), com sede na Avenida W/3 Norte – Quadra 505 – Conjunto A – CEP: 70730-540, em Brasília, Distrito Federal, representada por seu presidente Sr. **José Calixto Ramos**, consoante previsto na ata de posse (doc. 14) e no estatuto social (doc. 15), patrocinada pelos advogados a baixo assinados (procuração, documento de identificação do presidente e substabelecimento – doc’s. 16, 16.1 e 17); e

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO E CULTURA – CNTEEC, entidade sindical de grau superior e área de atuação em todo o território nacional, Registrada no Ministério do Trabalho através do Decreto nº 80.653, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 1967 (doc. 18), portadora do CNPJ nº 33.857.913/0001-88 (doc. 19), com sede no SAS, Quadra 04, Bloco B, Lote 7-A CEP: 70070-908, em Brasília, Distrito Federal, representada por seu presidente Sr. **Oswaldo Augusto de Barros**, consoante previsto na ata de posse (doc. 20) e no estatuto social (doc. 21), patrocinada pelos advogados a baixo assinados (procuração, documento de identificação do presidente e substabelecimento – doc. 22, 22.1 e 23), vêm, propor a presente

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
com pedido de medida cautelar

em face de dispositivos da Lei nº 13.467/17, de 13 de julho de 2017 (publicada no D.O.U de 14.07.2017 – doc. 25), mais especificamente dos artigos 578, 579, 582, 583, 587 e 602, todos da CLT, por alterados e do art. 5º, alíneas “k” e “l”, que revogam, respectivamente os artigos 601 e 604 da CLT, pelos fundamentos a seguir expostos:

I – DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Presentes, no caso, os requisitos que conduzem à pertinência temática, tendo em vista que a Carta Magna no art. 8º, inciso IV, adotou o Sistema Confederativo de representação sindical, as Autoras entidades sindicais de grau superior, - Confederações, coordenadoras de planos de enquadramento sindical de trabalhadores de diversas categorias profissionais, no caso, respectivamente, dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, dos Trabalhadores nas Indústrias e dos Trabalhadores dos

Estabelecimentos de Educação e Cultura. E, como tal, possuem o dever de atuar judicialmente na defesa dos direitos e interesses destes, bem como das entidades sindicais que coordenam, em especial quando se trata de ação direta de inconstitucionalidade para a qual estão legitimadas por força de dispositivo constitucional.

Com efeito, o diploma legal ora sob análise, Lei nº 13.467/2017, denominado de “reforma trabalhista”, alterou diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo a nova legislação violado diretamente diversos dispositivos da Constituição Federal ao alterar as normas que regulamentam a contribuição sindical, incluindo previsão que viola direta e frontalmente o texto constitucional em prejuízo direto a diversas entidades sindicais filiadas e vinculadas às Autoras, afetando o custeio do plano de enquadramento sindical que coordenam e, conseqüentemente, afetando milhões de trabalhadores a ela vinculados.

Até porque, pode-se observar dos estatutos sociais das Autoras (doc’s 4, 9, 15 e 21) que suas prerrogativas e objetivos institucionais demonstram claramente semelhança entre os interesses da categoria e a temática objeto da argumentação aduzida nesta ação, em decorrência de uma inovação promovida pela legislação ordinária ora impugnada, que desrespeita e ataca o sistema de representação sindical adotado pela *Lex Legum*, ao chocar-se com preceitos constitucionais vigentes.

Desta forma, resta completamente evidenciada a pertinência temática no presente caso, haja vista que os dispositivos que se busca mostrar inquinados de inconstitucionalidade afetam diretamente as entidades coordenadas e os trabalhadores representados pelas Confederações Autoras.

Sendo importante ressaltar que essa Suprema Corte reconheceu pertinência temática, em ação direta de inconstitucionalidade com situação fática análoga, ou seja, na ADI nº 3602, na qual estas Confederações figuraram como autoras, se que nada lhes opusesse.

II – DA LEGITIMIDADE PARA AGIR

A capacidade para agir na hipótese dos autos decorre do disposto no artigo 103, inciso IX, da Constituição Federal, adiante transcrito, *verbis*:

“Art. 103 - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

(...)

“IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional”.

Como entidade sindical de grau superior, e de base nacional, é certo que as confederações Autoras estão legitimadas para a propositura da presente ação.

A legitimidade ativa *ad causam* das Autoras decorre da norma supracitada e do artigo 2º, inciso IX, da Lei 9.868/99, que autorizam a propositura da ação direta de inconstitucionalidade por “entidade de classe de âmbito nacional.”

É exatamente esse o caso das Autoras, que representam, em âmbito nacional, os trabalhadores de diversas categorias profissionais, sendo assim, indiscutível a legitimidade para propositura da presente ação direta de inconstitucionalidade, ainda mais em hipótese clara de pertinência temática entre o objeto da ação e os fins sociais das Autoras, que possuem finalidade precípua de defesa dos direitos da classe trabalhadora afetados diretamente pela lei ora em comento.

Neste sentido, mostra-se inquestionável que as Confederações Autoras possuem capacidade para a propositura da presente ação em substituição às categorias que representam, restando demonstrado o interesse de agir e a legitimidade, e isto por dois motivos fundamentais e inarredáveis: 1) Como entidade de grau superior, as Autoras possuem o dever de zelar pela integralidade dos direitos dos trabalhadores dos planos que coordenam; 2) São partes diretamente interessadas no feito, já que a Lei objurgada afeta diretamente os trabalhadores que integram as categorias profissionais que representam, restando-lhes o dever de lutar pelos direitos dos integrantes de sua representação prejudicados com a edição da nova legislação.

Estão presentes, portanto, os requisitos legais que autorizam e justificam a legitimidade das Autoras para a propositura da presente ação direta de inconstitucionalidade.

III – DOS DISPOSITIVOS INQUINADOS DE INCONSTITUCIONALIDADE

A Lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) foi criada, editada e sancionada para fins de flexibilizar e reduzir direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como retirar da organização sindical

brasileira diversos meios de proteção ao trabalhador, os quais possuem espeque na Constituição Federal de 1988.

Com efeito, passamos a transcrever, “*in verbis*”, os dispositivos da Leis 13.467/2017, inquinados de inconstitucionalidade:

Art. 1º. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.” (NR)

“Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.”

“Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos”.

.....(NR)

“Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação”.

.....(NR)

“Art. 587. Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.” (NR)

“Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.”

(Grifo nosso)

É incontestável que a nova norma modificou indevidamente, além de outros tópicos que já são objeto de ação direta de inconstitucionalidade, as normas que regulamentavam o recolhimento e repasse da contribuição sindical (artigos 578 e seguintes da nova lei – acima citados), alterando, indevidamente, tributo constitucionalmente previsto, acarretando, por esse modo, violações diretas e frontais ao texto da Constituição Federal de 1988.

De fato, além da evidente renúncia de receita por parte da União (10% do total da contribuição sindical arrecadada pelos trabalhadores e 20% pelos empregadores) e dos entes sindicais paraestatais, os **ARTIGOS 578 E SEQUINTE**s da Lei 13.467/17, que alteraram a regulamentação da contribuição sindical na CLT, **violaram direta e frontalmente a CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, em síntese:

- a) **Artigo 8º, inciso IV e caput do artigo 149 da CF** ao instituir tributo anômalo, em que o contribuinte tem a faculdade de instituir a não incidência e/ou o favor fiscal da isenção;
- b) **Artigos 8º, inc. IV; 146, caput; e 149, inciso II e III, alínea “b”, todos da CF**, por descumprimento do rito legislativo que determina a reserva de Lei Complementar para aprovação das normas tributárias gerais;
- c) **Princípio da Isonomia** entre os contribuintes em razão da criação de tributo “flexível”, **artigo 152, inciso II, da CF**;

- d) **Artigo 1º, incisos III e IV da CF**, ao instituir normas que extinguem o equilíbrio nas relações laborais individuais e coletivas, já que se trata de direito social garantido pela Constituição Federal.

IV – DAS INCONSTITUCIONALIDADES

A Lei nº 13.467/2017, conhecida como “Reforma Trabalhista”, foi criada com o intuito de flexibilizar e reduzir os direitos trabalhistas constitucionalmente previstos, bem como retirar e fragilizar diversos instrumentos que viabilizavam o pleito coletivo por meio do movimento sindical.

Com efeito, a maior “bandeira” de convencimento da população acerca da reforma trabalhista foi uma suposta “desburocratização” das relações de trabalho, autorizando negociações individuais (diretas entre empregado e empregador), excluindo mecanismos que buscavam dar mais segurança ao empregado por meio da entidade sindical e, principalmente, o fim da contribuição sindical, chamada de “imposto sindical”. Na prática, a Lei nº 13.467/2017, exterminou repentinamente a estrutura sindical vigente há décadas, implicando no abandono absoluto da parte hipossuficiente nas relações laborais, estabelecendo procedimentos legislativos que visam impedir a fruição de garantias individuais/coletivas fundamentais organizadas.

É do conhecimento de Vossas Excelências que a **Contribuição Sindical possui natureza tributária**, materialmente compulsória e exigível por atuação estatal, motivo pelo qual a lei ordinária, ao criar uma nova regra mista de não incidência e/ou de isenção tributária sob a livre opção do contribuinte, encontra-se em completa dissonância com o dever estatal de exigir o adimplemento *como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas* (art. 149/CRFB), além do fato de que a referida modificação impõe *limitações constitucionais ao poder de tributar* (art. 146, II/CRFB) e estabelece obrigação tributária (art. 146, III, “b”/CRFB).

Neste sentido, vislumbra-se evidente afronta aos dispositivos constitucionais e ao princípio da segurança jurídica a “extinção”, na prática, da principal receita da organização sindical brasileira, alterando-se a lei superior por intermédio da lei inferior.

Importante lembrar que o texto do artigo 578 e seguintes da CLT foram recepcionados pela Constituição Federal, conforme consagrado no RE 180.745, relatado pelo Min. Sepúlveda Pertence. (j.24/3/1998, 1.ª Turma, DJ de

8/5/1998), a qual pede-se vênia para transcrição de sua ementa de acórdão logo a seguir, *verbis*:

RE 180.745, relatado pelo Min. Sepúlveda Pertence, j.24-3-1998: EMENTA: Sindicato: Contribuição Sindical da categoria: recepção. A recepção pela ordem constitucional vigente da Contribuição Sindical compulsória, prevista no art. 578 CLT e exigível de todos os integrantes da categoria, independentemente de sua filiação ao sindicato resulta do art. 8º, IV, in fine, da Constituição; não obsta à recepção a proclamação, no caput do art. 8º, do princípio da liberdade sindical, que há de ser compreendido a partir dos termos em que a Lei Fundamental a positivou, nos quais a unicidade (art. 8º, II) e a própria Contribuição Sindical de natureza tributária (art. 8º, IV) - marcas características do modelo corporativista resistente - dão a medida da sua relatividade (cf. MI 144, Pertence, RTJ 147/868, 874); nem impede a recepção questionada a falta da lei complementar prevista no art. 146, III, CF, à qual alude o art. 149, à vista do disposto no art. 34, §§ 3º e 4º, das Disposições Transitórias (cf. RE 146733, Moreira Alves, RTJ 146/684, 694).

Aliás, todas as decisões desse Excelso Supremo Tribunal Federal confirmam a natureza tributária e a recepção da regulamentação compulsória da Contribuição Sindical na CLT anterior ao advento da CF/88. Nesse sentido, *verbis*: Primeira Turma, DJ 8.5.1998; AI 516.705-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes; Segunda Turma, DJ 4.3.2005; e AI 498.686-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 29.4.2005.

Sendo assim, a contribuição sindical, como tributo que é, constitui uma prestação de forma compulsória por parte do contribuinte, ou seja, o Estado impõe tal pagamento, independentemente do julgamento de valor pelo contribuinte. De fato, em razão da natureza essencialmente tributária da Contribuição Sindical, o Estado não possui margem constitucional para oferecer aos contribuintes em geral a liberdade discricionária quanto ao dever de pagamento ou ao favor fiscal pela Isenção.

Importante ressaltar que a Lei nº 13.467/17, no que tange a Contribuição Sindical, além de padecer do vício fulminante de não atender ao requisito da **reserva de LEI COMPLEMENTAR**, não extinguiu o tributo sindical, nem acabou com a sua natureza tributária. Mas, de forma contrária aos fundamentos doutrinários tributaristas instituiu, sem autorização constitucional, o direito de livre opção pelos contribuintes em situações equivalentes ao favor fiscal de isenção e/ou de não incidência tributária, cujo fato resultou em tratamento desigual

(art. 150, II, da CF), sendo que toda a categoria - optantes ou não - alcançará os serviços prestados.

Portanto, sob a assertiva de que a Contribuição Sindical é um tributo, não é jurídica e constitucionalmente possível haver o caráter opcional e sancionatório às avessas, ou seja, suprimir do Estado (ou ente paraestatal) a decisão sobre a compulsoriedade/obrigatoriedade para cobrar ou impor o benefício do favor fiscal de isenção e/ou de não incidência para a livre deliberação pelo contribuinte.

Além disso, necessário destacar que o procedimento não atendeu às exigências de amplo diálogo social para a iniciativa legislativa e prejudicará as negociações coletivas realizadas pelas entidades sindicais ao prejudicar o equilíbrio de forças entre as partes (trabalhador / empregador) por retirar o financiamento da entidade sindical representante dos trabalhadores, violando as Convenções 144 e 154 da OIT, as quais o Brasil é signatário.

Ora Excelências, a exigência do adimplemento do tributo deve se dar mediante atividade administrativa vinculada à Constituição Federal. Não é dado ao Estado, no sistema constitucional vigente, o direito de elaborar lei ordinária que inverte o Poder de Tributar e de estabelecer a obrigação para conceder a livre opção ao contribuinte quanto ao cumprimento da obrigação ou ao direito de se beneficiar da isenção ou impor a não incidência tributária.

Por fim, necessário destacar que as alterações instituídas nos artigos que regulamentam a contribuição sindical acarretam, na prática, evidente retirada de proteção social aos trabalhadores por meio da fragilização da entidade sindical, que estará obrigada a negociar para as categorias profissionais como um todo, sem uma fonte de custeio segura para tanto. Tal situação acarreta violação direta ao artigo 1º, incisos III e IV da CF, por instituir normas que extinguem o equilíbrio nas relações laborais individuais e coletivas, já que se trata de direito social garantido pela Constituição Federal.

Por tais razões, os artigos 578 e seguintes da CLT, alterados pela Lei nº 13.467/17, violam direta e frontalmente a Constituição Federal, conforme será amplamente demonstrado logo em seguida.

V - DA NATUREZA TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Conforme já explanado anteriormente, a Lei nº 13.467/17 estabeleceu nova regra tributária sem fundamento na legislação tributária pátria, na qual manteve a descrição legislativa do fato que configura a hipótese de incidência

tributária (ou seja, obrigação tributária e fato gerador), suprimindo, contudo, a compulsoriedade (exigibilidade) estatal do tributo conforme previsto no artigo 179 da Constituição Federal.

Na verdade, a mudança na legislação trabalhista que previa a contribuição sindical criou uma nova regra tributária anômala e sem fundamento legal ou constitucional, já que “inventou” uma junção de “isenção tributária” com “não incidência tributária”, na qual o domínio tributário impositivo foi invertido do Estado para o contribuinte que “escolhe” a sua “incidência” ou “isenção”.

Ora Excelências, notório e incontroverso que a Organização Sindical Brasileira está sedimentada no princípio da unicidade sindical previsto no artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal, sendo que o CTN (art. 217, inciso I) e a CLT (art. 578 e seguintes) regulamentaram o “imposto sindical” e foram recepcionados pela CF/88 em razão do disposto no art. 8, II e na parte final do IV *c./c.* o *caput* do art. 149. Por tais motivos é que esse mesmo Excelso STF consagrou a natureza jurídica e tributária da Contribuição Sindical conforme já explanado anteriormente.

Acontece que, embora a nova redação dada ao texto da CLT que regulamenta a contribuição sindical (alterado pela Lei nº 13.467/17) tenha mantido sua natureza tributária, os artigos 578 e seguintes tentam instituir “isenção” ou “não incidência tributária” por meio da opção pelo contribuinte, sem revogar os institutos da “fixação e recolhimento do imposto sindical” (artigos 578 e 591 da CLT), “incidência tributária” (fato gerador) e as “penalidades” por não recolhimento (artigos 598 e 600 da CLT). Além disso, restaram mantidos os princípios da “publicidade” e da “não surpresa fiscal” (artigo 605 da CLT).

Neste sentido, a instituição de novo formato tributário para a contribuição sindical está totalmente em conflito com as regras constitucionais que impõem a compulsoriedade de tributo, nos termos do artigo 149, *caput*, da Constituição Federal. Com efeito, não tendo sido revogada a regulamentação tributária prevista na CLT acerca do fato gerador, sua forma detalhada de cálculo, recolhimento e repasse, também inadmissível que seja revogada sua compulsoriedade, máxime quando esta depende do livre arbítrio do contribuinte.

Por fim, importante destacar que a liberdade de opção ao trabalhador cria um verdadeiro “Frankstein” jurídico que não possui paralelo em qualquer outro país do mundo. Ora, não existe sistema sindical em que a Organização Sindical possui o dever de negociar e não pode impor contribuição à categoria que se beneficia dos resultados dessa negociação coletiva. E, pior, o trabalhador pode “optar” quanto ao desconto, ou não, da contribuição sindical e a

entidade sindical, sem qualquer fonte de custeio, é obrigada a entregar representação sindical adequada à TODA a categoria, independentemente de filiação.

Sobre este aspecto, vale colacionar ensinamento do Excelentíssimo Procurador-Geral da República, Luiz Fernando Corrêa, mencionado por Alice Monteiro de Barros em sua obra Curso de Direito do Trabalho, na pág. 1245, *verbis*:

(...) a cobrança obrigatória da Contribuição Sindical teria caráter discriminatório a não obrigatoriedade da contribuição ou a sua restrição somente aos membros dos sindicatos, tendo em vista a amplitude dos beneficiados. Outrossim, a não-obrigatoriedade incentivaria a inércia dos trabalhadores que optassem por não se afiliar, visto que muitos desfrutariam dos benefícios das negociações sindicais sem contribuir com o processo que lhes serve.

VI - DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL

Além das inconstitucionalidade já apontadas, a alteração legislativa promovida pela Lei 10467/17 na contribuição sindical não obedeceu o regramento legislativo necessário, já que a Constituição Federal proíbe, expressamente, que Lei Ordinária extinga a compulsoriedade / exigibilidade tributária, máxime no caso ora em apreço em que não houve estabelecimento da obrigação com critério válido e isonômico para todos. Segundo a D. Min. Ellen Gracie no RE 562.276, rel., j. 3-11-2010, P, DJE de 10-2-2011, *todas as espécies tributárias, [...] estão sujeitas às normas gerais de direito tributário* entre as quais a contribuição sindical.

Da não observância da reserva de Lei Complementar ou Emenda Constitucional

Como já exaustivamente demonstrado nesta oportunidade, a Lei nº 13.467/17, em seus artigos 578 e seguintes, instituíram uma nova ordem tributária relativamente à contribuição sindical que, conforme extensa exposição, possui natureza tributária.

Ocorre que, como é do conhecimento de Vossas Excelências, a Constituição Federal estabeleceu que certas matérias devem ser tratadas por Lei Complementar e delas não se pode ocupar uma Lei Ordinária, como aconteceu na hipótese objeto da presente ação, em que a Lei Ordinária nº 13.467/17 instituiu regra

de “isenção” / “não incidência” de obrigação tributária referente à contribuição sindical.

Ora, evidente que a referida Lei Ordinária regulou limitações constitucionais ao Poder Estatal de tributar e tem efeito misto de alteração e de extinção da base de cálculo do tributo por decisão do contribuinte, sendo que esta edição legislativa, por exigência imposta expressamente pela CF/88, só poderia ser realizada por meio de Lei Complementar.

Sobre a obrigatória reserva de Lei Complementar ensinou com propriedade o Exm.º Min. Gilmar Mendes em seu voto nos autos da ADI n.º 2028/DF:

(..). 3. SOBRE A EXIGÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR PARA INSTITUIÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA EM EXAME. A CF/1988 estabeleceu em seu art. 146, II, que cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar. Assim, o constituinte teve a preocupação de exigir quórum qualificado para a aprovação dessa importante regulamentação, com o propósito de dar estabilidade à disciplina do tema e dificultar sua modificação, estabelecendo regras nacionalmente uniformes e rígidas. Destaque-se que a exigência constitucional de aprovação da lei complementar por maioria absoluta não demanda apenas a consideração de quórum especial na votação, mas a própria existência de processo legislativo diverso. Por exemplo, ao contrário de leis ordinárias, a lei complementar não pode ter tramitação terminativa nas comissões do Senado ou da Câmara. (...)

No caso ora em apreço, flagrantemente, a Lei nº13.467/17 contrariou frontalmente a exigência material do artigo 149, *caput* e formal do artigo 146, os quais pede-se vênua para transcrição, *verbis*:

Art. 146. Cabe à lei complementar: (...)

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) **definição de tributos** e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos **fatos geradores**, **bases de cálculo** e **contribuintes**;

b) **obrigação**, **lançamento**, **crédito**, **prescrição** e **decadência tributários**;

Notório o fato de que a norma combatida recebe conformação nacional e estabeleceu regras gerais que transpõem as normas específicas em matéria de tributo elencados na Constituição Federal e a respectiva obrigação, regulando o poder estatal de tributar. Aliás, inverteu a compulsoriedade / exigibilidade estatal do adimplemento inerente ao tributo previsto no art. 149 da CF, e, estranhamente ao direito pátrio, possibilitou ao contribuinte decidir se adimple ou se se garante o favor fiscal da isenção e/ou impõe a não incidência tributária, cujas regras somente poderiam ser integradas no sistema tributário nacional por Leis Complementares, dada a imposição do art. 146, II e III, “a” e “b”, CF/88.

Nesta linha de intelecção, o imposto sindical, reclassificado como contribuição sindical pelo artigo 217, inciso I, do Código Tributário Nacional, manteve o caráter tributário da contribuição sindical. Importante notar, por oportuno, que o CTN foi recepcionado como Lei Complementar nos incisos II e III do artigo 146 da Constituição Federal.

Ínclitos Ministros, seguindo o entendimento supramencionado, conforme a extensa fundamentação já realizada, não poderia a Lei Ordinária 13.467/17 alterar a contribuição sindical por se tratar de tributo reconhecido pela legislação e jurisprudência pátria, sendo necessária a observância do processo legislativo próprio de Lei Complementar para as alterações versadas pela referida Lei Ordinária. Como já exposto, o artigo 578 e seguintes da nova lei incluíram uma espécie de “isenção” / “não incidência” da contribuição sindical, sendo esta optativa pelo contribuinte.

Portanto, formalmente inválida a Reforma Trabalhista no que se refere à matéria tributária, haja vista que seu trâmite obedeceu ao rito de Lei Ordinária, sendo que, como dito, qualquer alteração na contribuição sindical deveria obedecer ao rito de Lei Complementar, o qual EXIGE QUÓRUM QUALIFICADO,

Além disso, a Lei Complementar é, notadamente, espécie normativa superior à Lei Ordinária, sendo vedado que uma lei inferior, no caso a Lei nº 13.467/17 venha alterar lei superior, no caso o CTN que recepcionou a contribuição prevista no artigo 578 e seguintes da CLT como tributo.

Sobre o princípio da hierarquia das leis, o Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes leciona acerca da reserva à lei complementar para veiculação de isenções, restrição ou ampliação dos limites do poder de tributar do ente tributante, nos termos do artigo 146, inciso II, da Constituição Federal, *ipsis litteris*:

146.1 Lei Complementar em Matéria Tributária — A Constituição Federal reservou à lei complementar as matérias básicas de integração do Sistema Tributário Nacional. Em especial, o inciso II, do art. 146, estabelece competir à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar. Ressalte-se que essa previsão constitucional tem duas grandes características: a possibilidade de ampliação das restrições já previstas no texto constitucional e a impossibilidade de suprimir ou restringir as competências tributárias constitucionalmente deferidas.

Portanto, completamente inconstitucional as alterações instituídas pela Lei nº 13.467/17 no tocante à contribuição sindical (artigos 578 e seguintes), destacadamente por ter obedecido o rito ordinário para legislar matéria tributária, pois a Constituição Federal exige que o processo legislativo com rito de lei complementar para tratar de normas gerais de direito tributário (artigo 8º, inciso IV c./c. artigo 146, II e III, “a” e “b” e artigo 149, todos da CF/88).

É importante reafirmar que essa Excelsa Suprema Corte tem inúmeros julgados que bem definem o status constitucional conferido pelo Legislador Constituinte à referida obrigação tributária em questão, dentre os quais se pode destacar a posição já conhecida do magnânimo decano Min. Celso de Mello, *verbis*:

(...) a obrigatoriedade da contribuição sindical, prevista, ela mesma, no próprio texto constitucional (CF, art. 8º, IV, “in fine”, e art. 149), resulta da circunstância de mencionada contribuição qualificar-se como modalidade tributária, subsumindo-se à noção de tributo (CTN, art. 3º e art. 217, I), considerado, sob tal perspectiva, o que dispõem os preceitos constitucionais acima mencionados, notadamente o que se contém no art. 149 da Lei Fundamental.”(ARE 763142/RJ – Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE nº 162, divulgado em 19/08/2013).

No tocante ao *status* constitucional da contribuição sindical conferido pelo legislador constituinte, oportuno salientar o voto proferido pelo Ministro Sepúlveda Pertence, ao tratar do tema no RE 180.745-8:

(...) Posteriormente foi aprovada a Emenda n. 31.327 do Deputado Geraldo Campos, que estava assim redigida: “a assembleia geral do sindicato fixará a contribuição da categoria, que, será descontada em folha para custeio das atividades da entidade sindical, independentemente da estabelecida em lei”. A expressão “independentemente da

contribuição prevista em lei” foi acrescentada em função das emendas apresentadas no Plenário no primeiro turno de votação da constituinte. Com a fusão das várias emendas temos a atual redação do inciso IV, do art. 8º, da Constituição. Decidiu-se por uma situação intermediária, qual seja, a manutenção do desconto compulsório da contribuição sindical, transferindo para a assembleia geral a possibilidade de fixar a contribuição para o custeio do sistema confederativo, fazendo com que não houvesse qualquer ingerência ou interferência governamental em relação à última contribuição. Como havia interesse de certos grupos na manutenção da contribuição sindical, utilizou-se a expressão “independentemente da contribuição prevista em lei” para ressalvá-la, em troca da supressão da estabilidade no emprego, conforme a redação ofertada ao inciso I, do art. 7º, da Constituição, prevendo apenas que a lei complementar estabeleceria uma indenização compensatória pela despedida arbitrária ou sem justa causa.

Como se subtrai do texto acima, a manutenção da obrigatoriedade da Contribuição Sindical Compulsória resulta das discussões políticas levadas a efeito pela Assembleia Nacional Constituinte, cujo poder lhe fora outorgado em caráter excepcionalíssimo pelo voto popular. A adoção de medida legislativa, pelo legislador infraconstitucional, que seja contrária a esse poder exclusivo afronta os alicerces do Estado Democrático de Direito.

Sendo assim, além da inconstitucionalidade material, incorreu a Lei nº 13.467/17 em clara inconstitucionalidade formal, decorrente de flagrante desobediência do processo legislativo que exige quórum qualificado na tramitação especial para a aprovação de Lei Complementar ou da Emenda Constitucional, esta última com a observação do rito previsto no art. 60, inciso I e §§ 2º e 3º da CF.

Portanto, as alterações promovidas nos artigos 578 e seguintes devem ser consideradas inconstitucionais, tanto pelos vícios materiais já apontados como pelo vício formal demonstrado neste tópico, isto sob pena de violação do art. 146, II e III, “a” e “b”, da Constituição Federal.

Da renúncia de receita

Conforme já mencionado anteriormente, a alteração legislativa promovida pela Lei nº 13.467/17 torna opcional pelo contribuinte o recolhimento, ou não, da contribuição sindical, sendo que, nos termos dos artigos

578 e seguintes da CLT, a União Federal é destinatária de 10% (dez por cento) do rateio do valor total arrecadado de do referido tributo pelos trabalhadores e de 20% (vinte por cento) arrecadado pelas entidades patronais.

Com efeito, a eliminação da exigibilidade compulsória, o que na prática decretará a extinção da Contribuição Sindical, gerará renúncia de receita pela União e pela Organização Sindical Brasileira, cujo fato foi desprezado no processo legislativo que aprovou a lei inquinada de inconstitucionalidade.

Desta forma, além das violações formais e materiais de inconstitucionalidade, o legislador também não teve o cuidado de atender à exigência do §2º do art. 165/CRFB, no que pertine à previsão exigida na LDO sobre as alterações na legislação tributária que impõem *o estabelecimento de política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento*.

Da violação ao princípio da isonomia tributária

Necessário ressaltar, ainda, que o novo formato tributário instituído pela Lei nº 13.467/17 em seus artigos 578 e seguintes acarreta em tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação de igualdade, ferindo o princípio constitucional da isonomia.

No caso, o Princípio da Isonomia, também conhecido como Princípio da Igualdade Tributária, prescreve que não pode haver instituição e cobrança de tributos de forma desigual entre contribuintes que se encontram em condições de equivalência jurídica. O Princípio da Isonomia está inserto no inc. II do art. 150 da CF, senão vejamos, *verbis*:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:(...)

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

A faculdade de trabalhador contribuinte se valer do favor fiscal para se isentar, impor a não incidência tributária ou ser contribuinte regular, resultará em duas classes de trabalhadores em que ambos se beneficiarão dos serviços sindicais prestados, contudo, apenas uma delas estará financiando a organização sindical paraestatal.

Em assim sendo, a situação acima sintetizada induz a conclusão de que não haverá unanimidade na opção, mas haverá maciça sonegação fiscal inerente ao tributo sindical previsto na parte final do art. 8.º, IV c./c. o art. 149, todos da CF, acarretando evidente violação ao Princípio da Isonomia Tributária.

Do descumprimento da lei de responsabilidade fiscal

Outro argumento que também leva à inconstitucionalidade da reforma trabalhista sobre a contribuição sindical, diz respeito a Responsabilidade Fiscal, pois a Lei Complementar a Lei nº 101/00 também deveria ser objeto de análise. É evidente que a contribuição sindical gera recursos para a receita da União e seus preceitos devem ser respeitados para que não ocorresse a renúncia fiscal como ocorreu neste caso em tela.

A Lei de Responsabilidade Fiscal faz menção à renúncia de receita pelos Poderes Constituídos e estabelece formas regidas para a ocorrência de motivações que comprometam tributos estabelecidos com finalidades específicas:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I- demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II- estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º *A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. (grifo)*

§ 2º *Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da*

condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. (grifo)

O legislador ordinário, ao aprovar a Lei nº 13467/2017, novamente enfrenta a ilegalidade, fato que a extinção da contribuição sindical ocorreu por emenda legislativa em Projeto de Lei que tratava de outros aspectos da Lei do Trabalho, e não atendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal em nenhum de seus aspectos de proteção ao erário. Nesta senda o art. 14 faz remissão ao artigo 12 da mesma Lei (101/00), ou seja:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. (grifo)

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

Como já mencionado todas as emendas que ancoraram a reforma trabalhista foram de iniciativa do Poder Legislativo cuja atenção as normas fiscais foram completamente ignoradas e suplantadas por interesses políticos em ato de vingança contra o movimento sindical que resistia a atuação dos parlamentares subtraindo direitos históricos dos trabalhadores.

Destaca se que 10% (dez por cento) desta arrecadação devem suprir a Conta Especial Emprego e Salário, conforme prevê a CLT, para destinação específica, artigo 589 da CLT.

O legislador deveria atentar-se ao parágrafo primeiro do artigo 14 da Lei 101/00 c/c com o artigo 12 da mesma Lei, ou seja, estar acompanhado de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assim, a partir do alinhamento interpretativo ora exposto, pode-se afirmar que: a exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas só será considerada cumprida a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de lei ou de decreto, na data de publicação da lei ou do decreto, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro, e que o valor a ser arrecadado após a noventa, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício.

Em paralelo, cabe ressaltar ainda, a alternativa contida no inciso I do art. 14 da LRF, qual faz referência à renúncia referente a isenção (tornando-a facultativa) da contribuição sindical urbana sem que tenha sido prevista na lei orçamentária e que, no caso em tela, a aprovação da Lei 13467/2017 subtrai recursos da "Conta Especial Empregos e Salários" prevista na CLT.

Portanto, pode-se extrair do inciso I que, para os anos seguintes aos da instituição da renúncia de receita prevista na Lei 13467/2017 que esse mecanismo acarretará em exoneração e afetará as metas fiscais estabelecidas.

Destaca-se que, as medidas de compensação requeridas pelo inciso II do art. 14 da LRF devem vigor no exercício em que iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes, haja vista que os três exercícios correspondem ao mesmo período abrangido pela estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia requerida pelo caput do art. 14 da LRF.

ACÓRDÃO Nº 263/2016TCU–Plenário

1. Processo nº TC 003.850/2016-1. 2. Grupo I – Classe de Assunto:3. Interessados/Responsáveis: não há. 4. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador). 5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro. 6. Representante do Ministério Público: não atuou. 7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG). 8. Representação legal : não há - 9. Acórdão:

*VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Ministro de Estado da Fazenda Nelson Henrique Barbosa Filho na qual busca resposta ao seguinte questionamento: **“a exigência de implementação de medidas para compensação de renúncia fiscal, consoante dispõe o art. 14, inciso II e § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, pode se considerar cumprida a partir do aumento em alíquotas de tributos outros (ocorrido na mesma data de implementação do benefício fiscal e com gradação***

suficiente para neutralizar o impacto fiscal considerando-se o exercício, como um todo), ainda quando tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal?”

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso VI, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. responder ao consulente que:

9.2.1. para fins do disposto no art. 14, inciso II e § 2º, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas é considerada cumprida:

9.2.1.1. a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de lei ou de decreto, na data de publicação da lei ou do decreto, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício;

9.2.1.2 a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de medida provisória, na data de conversão da medida provisória em lei, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício;

9.2.2. para os exercícios financeiros seguintes ao da concessão ou ampliação da renúncia de receita, o mecanismo previsto no inciso I do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a renúncia seja considerada nas estimativas de receita das respectivas leis orçamentárias, na forma do art. 12 dessa mesma Lei, de modo a não afetar as metas fiscais estabelecidas nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias;

9.2.3. a temática das renúncias de receitas guarda estreita relação com a sustentabilidade fiscal e a efetividade das políticas públicas, razão pela qual a concessão ou ampliação de uma renúncia, além de atender às exigências específicas do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, também deve pautar-se pelos pressupostos gerais da gestão fiscal

responsável inculpidos no § 1º do art. 1º desse mesmo diploma legal, quais sejam: planejamento, transparência, prevenção de riscos e correção de desvios;

9.3 dar ciência da deliberação a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Ministro de Estado da Fazenda, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Controladoria-Geral da União;

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 33 da Resolução-TCU 259/2014.10. Ata nº 4/2016 – Plenário.11. Data da Sessão: 17/2/2016 – Ordinária.12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0263-04/16-P.13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo. 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho. Assinado eletronicamente: Aroldo Cedraz (Presidente) – Raimundo Carreiro (Relator). PAULO SOARES BUGARIN - Procurador-Geral.

Pelos argumentos expostos acima, a Reforma Trabalhista também deve ser declarada inconstitucional.

VII – DA NECESSÁRIA CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR

Excelências, como já aduzido anteriormente, a Lei nº 13.467/2017, denominada reforma trabalhista, instituiu, sem autorização constitucional e de forma contrária aos fundamentos doutrinários tributaristas, ***o direito de livre opção pelos contribuintes em situações equivalentes ao favor fiscal de isenção e/ou de não incidência tributária***, cujo fato resultou em tratamento desigual para pessoas em situação de igualdade (art. 150, II, da CF), sendo que toda a categoria - optantes ou não - alcançará os serviços prestados.

Ora, não é dado ao Estado, no sistema constitucional vigente, o direito de elaborar lei ordinária que inverte o ***Poder de Tributar e de estabelecer a obrigação para conceder a livre opção ao contribuinte quanto ao cumprimento da obrigação ou ao direito de se beneficiar da isenção ou impor a não incidência tributária***.

De fato, é incontestável que a situação acima sintetizada induz a conclusão de que não haverá unanimidade na opção, mas haverá maciça

sonegação fiscal inerente ao tributo sindical previsto na parte final do art. 8.º, IV c./c. o art. 149, todos da CF, acarretando evidente violação ao Princípio da Isonomia Tributária, causando o aniquilamento da Organização Sindical Brasileira em face do exaurimento de sua imprescindível receita para o exercício dos deveres e prerrogativas previstas no art. 8º da Constituição Sindical, em especial do inciso IV, do referido dispositivo.

Conforme já exaustivamente exposto nos tópicos anteriores, a alteração legislativa promovida pela Lei 13.467/2017 possui diversas ilegalidades no tocante à contribuição sindical, tendo em vista a execração dos direitos constitucionais e trabalhistas pela norma impugnada, bem como o fato de não ter obedecido o correto processo legislativo (vício formal) para alteração da contribuição sindical, que possui natureza de “tributo”, evidenciam o “*fumus boni iuris*” a justificar a concessão da medida cautelar pretendida.

Além disso, tal situação tem acarretado prejuízos financeiros irreparáveis ao sistema de representação sindical e, conseqüentemente, aos trabalhadores brasileiros que ficarão sem a devida proteção constitucional nas relações de emprego, além de serem submetidos a condições precárias de emprego, caracterizando do *periculum in mora*.

O *periculum in mora* torna-se ainda mais evidente, quando constatado que nos termos do art. 583 da CLT, “ o recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos **será efetuado no mês de abril de cada ano**, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais **realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação**”, e o referido recolhimento terá como obstáculo a exigência de autorização prévia e expressa do contribuinte (trabalhador), ou seja, a *obrigação para conceder a livre opção ao contribuinte quanto ao cumprimento da obrigação ou ao direito de se beneficiar da isenção ou impor a não incidência tributária*, imposta pela Lei nº 13.467/2017. Situação que acarretará a redução abrupta da receita legal das entidades sindicais, indisponíveis para que elas exerçam suas prerrogativas e obrigações legais em defesa nos interesses das categorias econômicas ou laborais que representam (art. 8, IV da CF).

Pelos mesmos argumentos resta evidenciada a “relevância da matéria de seu especial e significado para a ordem social e a segurança jurídica”, requisitos previstos pelo artigo 12, da Lei nº 9.868/99, para a concessão da cautelar com efeitos *ex tunc*.

Portanto, preenchidos os requisitos para que seja concedida a medida cautelar pleiteada, sustentando o cumprimento dos artigos 578 e seguintes, todos da Lei nº 13.467/17, até decisão final na ação ora proposta.

VIII – DO PEDIDO

Posto isto, as Autoras requerem a Vossas Excelências:

a) seja **concedida liminar *inaudita altera parte***, sustentando, com efeitos *ex tunc*, a aplicação dos artigos da Lei nº 13.467/2017, especificamente dos art. 578, 579, 582, 583, 587 e 602, todos da CLT; alterados pela Lei nº 13.467/2017, e do art. 5º, alíneas “k” e “l”, também da referida lei, que revogaram, respectivamente os artigos 601 e 604 da CLT, até decisão final na presente ação;

b) seja **conhecida e processada a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade**, citados o Congresso Nacional, a União e a Procuradoria-Geral da República para responder a seus termos, no prazo de lei, cumpridas as demais formalidades legais, para, ao final, ser **julgada PROCEDENTE**, com a consequente **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** dos artigos 578, 579, 582, 583, 587 e 602, e do art. 5º, alíneas “k” e “l”, da Lei nº 13.467/17, que alterou a CLT, tomadas as providências ulteriores de direito;

c) a distribuição da presente Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por dependência à ADI nº 5794/DF, de relatoria do Excelentíssimo Ministro Edson Fachin.

Dá-se à presente causa, meramente para efeitos fiscais, o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E
HOSPITALIDADE – CONTRATUH

Samuel da Silva Antunes
OAB-DF 21795

José Osmir Bertazzoni
OAB-DF 25967

Agilberto Seródio
OAB-DF 10675

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
TRANSPORTES TERRESTRES – CNTTT

Samuel da Silva Antunes

OAB-DF 21795

Agilberto Seródio

OAB-DF 10675

José Osmir Bertazzoni

OAB-DF 25967

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
– CNTI

David Rodrigues da Conceição

OAB-DF 5595

Agilberto Seródio

OAB-DF 10675

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
ESTABELECIMENTO DE ENSINO E CULTURA – CNTEEC

Cristiano Brito Alves Meira

OAB-DF 16764

Agilberto Seródio

OAB-DF 10675